

A NOÇÃO DE DISCURSO NA AD PEUCHEUTIANA E NA ACD DE FAIRCLOUGH E IMPLICAÇÕES NOS DIFERENTES MODOS DE ANÁLISE

THE CONCEPT OF DISCOURSE IN PECHÉUT'S DA AND IN FAIRCLOUGH'S CDA AND IMPLICATIONS IN THE DIFFERENT MODES OF ANALYSES

Bianca Walsh¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo a comparação entre a Análise de Discurso pecheutiana e a Análise Crítica do Discurso de Fairclough. São consideradas suas concepções de discurso e sujeito, assim como suas implicações no quadro analítico de cada corrente. Essa comparação é relevante para a avaliação da coerência interna de cada programa científico analisado, sem a pretensão de juízos de valor absolutos como melhor e pior. No limite, a intenção é fornecer um panorama das correntes para que os analistas se posicionem de acordo com seus objetivos específicos de pesquisa.

Palavras-chave: análise de discurso pecheutiana; análise crítica de discurso de Fairclough; conceitos de sujeito e discurso; quadro analítico.

ABSTRACT: This article aims at comparing two schools of Discourse Analysis: Pecheut's Discourse Analysis and Fairclough's Critical Discourse Analysis. Their concepts of discourse and subject as well as the implications on their analytical framework are considered. The comparison is relevant in the light of the internal coherence of each analysed program, disregarding absolute judgements as better or worse. Ultimately, the article is intended to provide an overview of both schools so that analysts take a stand according to their own specific research objectives.

Keywords: pecheut's discourse analysis; Fairclough's critical discourse analysis; concepts of discourse and subject; analytical framework.

¹ A autora é doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Seus interesses são gêneros do discurso, argumentação e ensino de línguas para fins específicos com ênfase no discurso científico.

INTRODUÇÃO

Neste artigo teórico, escolhemos duas correntes de Análise do Discurso: a Análise de Discurso pecheutiana (doravante AD) e a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), cujo precursor é Norman Fairclough. Procedemos, então, a uma comparação entre as noções de discurso de cada corrente teórica, considerando, particularmente, os conceitos de sujeito e da relação entre linguístico e histórico.

Exploramos, tentativamente, as implicações desses conceitos no quadro de análise de cada corrente e nos seus objetivos gerais. A ideia é refletir a relação entre as bases teóricas e a prática analítica, observando a coerência interna de cada área. Evidenciar isto pode ajudar na escolha por uma ou outra, com a ressalva de que a opção por um programa de pesquisa não é neutra, mas condicionada ideológica e historicamente.

1 A NOÇÃO DE DISCURSO NA PERSPECTIVA DA AD PECHEUTIANA

A definição mais corrente de discurso nesta perspectiva é a de “efeito de sentidos entre interlocutores” (MARIANI, 1997 e 1998; ORLANDI, 2006; INDURSKY, 1997). A partir dela verifica-se primeiramente que não há um controle sobre o discurso exercido por um sujeito uno, “senhor do que diz”. Além disso, não há uma unicidade e homogeneidade do sentido. Nesta esteira, Mariani (1997, p. 19) reflete: “a noção de efeito transcende o aspecto argumentativo da linguagem, pois os próprios interlocutores fazem parte do dizer e ocupam lugares (posições) determinados na estrutura sócio-ideológica”. Instauram-se, portanto, algumas rupturas.

A primeira ruptura que condiciona essa visão de discurso é em relação ao sujeito. Como Henry (1992, p. 136) argumenta, pensar sentido demanda pensar sujeito. A visão de sujeito abraçada pelos partidários da AD pecheutiana não é aquela de um sujeito “delimitado pelo individualismo orgânico” (HENRY, 1992, p. 138); mas de um sujeito descentrado, porque não é autônomo, é histórico e fragmentado. Essa visão filia-se a duas teorias basicamente: o materialismo histórico de Marx e a psicanálise de Freud.

A primeira se opõe a qualquer idéia de essência: as coisas no mundo são o que são na sua relação mútua, na sua materialidade condicionada pela história, particularmente, condicionada às lutas de classes. O sujeito é, portanto, efeito, desdobramento das contradições de classes. Ele é ideologicamente interpelado. Isso não quer dizer que a ideologia se impõe externamente para um “indivíduo-sujeito” já existente; a constituição entre sujeito e ideologia é mútua, não há um tempo de existência precedente: “...não podemos pensar o sujeito como origem de si” (ORLANDI, 2006, p. 18). A idéia é que o sujeito se constitui no jogo simbólico, materialização da ideologia. Fica mais clara, portanto, a ligação de sujeito a discurso, porque o sujeito é constituído na sua condição de sujeito discursivo: “[...] ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz).” (ORLANDI, 2006, p. 19).

A psicanálise acrescenta a esse sujeito o inconsciente, que o fragmenta. Além de ser interpelado ideologicamente, ele não é autônomo porque é também constituído por rupturas, equívocos. A interpelação ideológica, portanto, não é completa: “Os mecanismos de resistência, ruptura (revolta) e transformação (revolução) são, assim, igualmente construtivos dos rituais ideológicos de assujeitamento...” (MARIANI, 1998, p. 25). No entanto, o sujeito se esquece de todas essas coisas. Ele pensa ser origem e ter controle do seu próprio dizer.

Esses esquecimentos são constitutivos do sujeito e do discurso (ORLANDI, 2006, p. 21). O primeiro esquecimento, o ideológico, diz respeito ao fato de que nem o sentido nem o sujeito podem estar fora de sua formação discursiva, mas a ilusão é de que assim o é. Na verdade, o sentido e o sujeito se determinam mutuamente numa dada posição ocupada no simbólico. O segundo esquecimento é o de que o discurso é sempre em relação a ... o sujeito, as condições de produção, as formações discursivas. Logo, não há sentido literal, há sempre outras formas de dizer. A evidência do sentido é uma ilusão criada pelo interdiscurso, a memória discursiva que faz parte do processo de interpelação do sujeito. Todo um já-dito de uma determinada posição discursiva parece ao sujeito como óbvio, como o único dito possível, como literal.

A segunda ruptura, portanto, é relativa ao próprio discurso. Não se trata de pensar em discurso como forma de comunicação entre em ‘eu’ e um ‘tu’ a respeito de um objeto referente. Se não há literalidade, não é possível pensar numa função referencial da linguagem, que recuperaria a realidade na forma de representação. Se os sujeitos são descentrados e não controlam seus dizeres, não é possível a comunicação como simples troca de mensagens. Segundo Mariani (1997, p. 16), “a comunicação necessária e transparente” é um “mito”.

As rupturas “esquecidas” fundamentam essa noção de discurso da corrente pecheutiana. O discurso é “efeito de sentidos”, porque não há um único sentido, mas um jogo simbólico em que o sujeito está desde sempre inserido, ocupando posições discursivas. Essas posições discursivas são históricas, dependem portanto de um estado de coisas social e ideologicamente definido. Adiciona-se a isto o fato de que esse discurso é também constituído pela ruptura, pela falha (presença do inconsciente), conseqüentemente, em vez de transparência, tem-se a opacidade. Por fim, o discurso materializa a ideologia, porque é manifestação simbólica, e é materializado na língua por uma dispersão de textos. (ORLANDI, 2006, p. 26; MARIANI, 1997, p. 21-23).

2 A NOÇÃO DE DISCURSO NA PERSPECTIVA DA ACD

Discurso, segundo esta perspectiva, é definido como “uso da linguagem”, ou “linguagem em uso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 31-33; RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 25-26). Importante entendê-lo, para essa teoria, como modo de ação historicamente situado. A idéia de ação remete a pressupostos relativos a um entendimento de sujeito e da relação linguagem/social muito específicos.

Primeiramente, o sujeito para a ACD é interpelado ideologicamente, mas não determinado por completo pela ideologia. Ele pode agir criativamente, operando

mudanças. Sobre isso, Hall (1998, p. 21) argumenta: “Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada.” Essa perspectiva de sujeito filia-se à epistemologia do Realismo Crítico. Todos os componentes da vida social estão em interação mediada constantemente, mas não são redutíveis uns aos outros. Pensa-se em articulação, em vez de determinação. A estrutura não determina o sujeito; ela constitui e é constituída por ele: “dualidade da estrutura” (GIDDENS, 1989 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 34).

Trata-se de um sujeito localizado na modernidade tardia, elemento importante de reflexão na ACD. Alguns traços desse período contribuem para essa visão de sujeito (HALL, 1998, p. 7-9; FAIRCLOUGH, 2006, p. 33-34). Primeiro, o fato de que na pós-modernidade a tradição não tem o mesmo papel que tinha em estabilizar identidades e posições sociais. Segundo, o sujeito pós-moderno está constantemente em busca de uma auto-identidade. Essa busca, no entanto, é atravessada por uma “reflexividade”, resultante de um novo estado social imerso na informação e nos “sistemas de especialidades” (conhecimento). Há uma ruptura com a “identidade mestra da classe social”, que seria um pressuposto para o pensamento de estruturalistas como Althusser. A classe social não pode determinar uma identidade una e fixa. O sujeito pós-moderno é necessariamente fragmentado, constituído de várias identidades contraditórias, que se rearranjam politicamente. A instabilidade está na articulação dessas identidades, que dependerá do momento social.

Esse sujeito é simultaneamente constituído e constitutivo do social, das estruturas, da ideologia e da ordem hegemônica. Nessa perspectiva, o conceito de hegemonia é de extrema importância para se entender discurso. Por ora, é possível perceber que a visão de sujeito na ACD é coerente com a semântica de ação na definição de discurso. Não se trata de um sujeito autônomo e “senhor do seu dizer”, mas que pode operar mudanças no discurso pela sua natureza também política.

Da mesma forma, a língua é simultaneamente constitutiva e constituída pelo social. Os significados são inerentemente instáveis porque são históricos (HALL, 1998, p. 38-39). Não se pode, então, admitir sistemas linguísticos isolados na sua interioridade, mas em constituição dialética com o social (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 45-47). A ACD concretiza essa visão teórica na parceria com a Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday, que pensa língua na interdependência forma/função.

O discurso, seguindo nessa esteira dialética, é articulado com outros elementos do social. Ele é pensado como um dos momentos da prática social. Essa articulação se desdobra para cima em redes de práticas sociais (esquema sobre as redes de práticas c.f. RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 42). As articulações são de especial interesse para a ACD, porque é nelas que são encontradas as brechas para mudanças sociais. Isso significa, em última instância, que as relações de poder materializadas nessas articulações são instáveis. A noção de hegemonia, então, é de grande relevância:

Uma vez que a hegemonia é vista em termos da permanência relativa de articulações entre elementos sociais, existe uma possibilidade intrínseca de desarticulação e rearticulação desses elementos. Essa possibilidade relaciona-se à agência humana. (RESENDE; RAMA-LHO, 2006, p. 44).

O discurso é uma esfera da hegemonia, uma vez que naturaliza na forma de consenso relações de poder. A hegemonia na pós-modernidade, de acordo com essa perspectiva, é mantida antes pelo consenso do que pela coerção. Desestabilizar esse consenso significa possibilidade de mudança nessas relações.

Recuperando a noção do discurso relativa a todas as questões revisadas nesta seção, segue uma citação de Fairclough

Ver o uso da linguagem como prática social implica, em primeiro lugar, que esse uso é um modo de ação (Austin, 1962. Levinson, 1983) e, em segundo lugar, que ele é sempre um modo de ação socialmente e historicamente situado, numa relação dialética com outras facetas do “social” (seu “contexto social”) – ele é formado socialmente, mas também forma socialmente, ou é *constitutivo*. É vital que a análise crítica do discurso explore a tensão entre esses dois lados do uso da linguagem, o que é formado socialmente e o que constitui socialmente, ao invés de optar unilateralmente por uma posição estruturalista (como, por exemplo, fez Pechêaux [1982]) ou “de ação” como, por exemplo, a pragmática tende a fazer). O uso da linguagem é sempre simultaneamente constitutivo de (i) identidades sociais, (ii) relações sociais e (iii) sistemas de conhecimento e crença – embora com graus diferentes de proeminência em casos diferentes. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 33).

3 AS DIFERENÇAS TEÓRICAS ENTRE AS DUAS PERSPECTIVAS

Temos visto, então, que o discurso nas correntes teóricas estudadas nas seções 1 e 2 não é autônomo, é materialidade simbólica da ideologia e se materializa na língua. As diferenças entre as perspectivas se dão na relação entre discurso e sujeito e na relação discurso e social (historicidade).

As duas palavras que opõem as correntes na definição de discurso são AÇÃO (ACD) e EFEITO (AD). A noção de ação pressupõe um sujeito que pode ser criativo no seu meio sócio-histórico. Para a ACD, as condições da pós-modernidade fazem desse sujeito o resultado de uma busca reflexiva de auto-identidade. A identificação é fragmentada e contraditória, mas se direciona politicamente de acordo com o momento social. Trata-se de um sujeito político.

A noção de efeito, por outro lado, demonstra claramente a impossibilidade de qualquer controle do sujeito. Ele é determinado historicamente. Além do mais, o discurso e o sujeito se constituem simultaneamente no ato do dizer. Isso porque

o dizer é sempre a partir de uma posição e o posicionamento define o sujeito; decorre disso a importância das Formações Discursivas (FDs), já que elas constituem o lugar do dizer.

Portanto, a diferença é que, ainda que interpelado pelo histórico, na ACD o sujeito é político em função de poder ser reflexivo na pós-modernidade. Na AD, no entanto, parece que a determinação histórica o submete e o imobiliza em termos de agência. A identificação na ACD parece mais complexa que o jogo contraditório de classes, já que existem contradições dentro das próprias classes, reunidas em uma mesma identidade por razões políticas. Hall (1998, p. 18-21) exemplifica isto com o caso de um juiz negro que havia sido acusado de assediar uma mulher negra e que era indicado para a Suprema Corte americana por Bush. Neste exemplo, dependendo dos que poderiam apoiar ou não a indicação, Hall faz uma análise interessante das diversas identificações possíveis, que transcendiam a questão das classes, e demonstra a complexidade desse entendimento de sujeito na pós-modernidade.

Não entendemos, com essa diferença, que a AD perceba o sujeito e o discurso como encapsulados rigidamente em uma Formação Discursiva, mesmo porque as FDs são vistas como “heterogêneas” com “suas fronteiras em permanente processo de estabilização e desestabilização” (MARIANI, 1998, p. 26). Discurso e sujeito estão suscetíveis também a rupturas. No entanto, as rupturas parecem estar atreladas ao desdobramento dessa dinâmica simbólica, enquanto que na ACD a ruptura é também de ordem política, ainda que orientada pelos processos sócio-históricos. Parece que o conceito de reflexividade e politicidade do sujeito do discurso estão intimamente associados, porque ambos remetem à possibilidade de agência humana na ACD.

Uma outra diferença entre as duas correntes teóricas diz respeito à relação discurso e social. Na ACD o discurso é um dos momentos da prática social, está em relação dialética com o sócio-histórico. Não é redutível a ele, no entanto. Isso quer dizer que ainda que o discurso esteja numa articulação intrincada com os outros momentos da prática social, ele se mantém como um momento com sua própria “estrutura distintiva, mecanismos particulares e poder gerativo” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 34). Na AD, parece que o discurso e o social têm sua gênese simultânea e permanecem inseparáveis, não há espaço para qualquer grau de independência. Depreende-se essa noção de sua filiação epistemológica ao materialismo histórico, que se opõe radicalmente a qualquer possibilidade de essência.

A estrutura social e a ideologia determinam o discurso na AD, sem espaço para uma retroalimentação, ao que parece. A ACD identifica isto como lacuna, porque segundo esta é preciso considerar que o discurso também é constitutivo. A diferença, então, estaria na natureza da relação: na ACD, mediação dialética entre duas instâncias e na AD, gênese simultânea. Em ambas, na prática não se pode separar o social do discurso, eles acontecem simultaneamente, é na teoria (análise) que seria possível, até certo ponto, o descolamento. Na ACD a inseparabilidade é articulatória, e na AD a inseparabilidade é genética. Na primeira admiti-se certa autonomia, porque se trata de partes (momentos); na AD, não se cogita nenhum grau de independência.

Nesse contexto de diferencial teórico, voltamos às noções definidoras de discurso. A AÇÃO na ACD é possível em função dessa certa independência entre discurso e sócio-histórico, como momentos da prática social. A atuação mantenedora ou transformadora do discurso ocorre na articulação, onde está a fragilidade do sistema.

O EFEITO na AD é coerente com um entendimento de inseparabilidade genética entre o histórico e o discurso, não há partes; mas, talvez, facetas de um grande todo, ainda que internamente heterogêneo e contraditório. O discurso é, então, desdobramento dessas condições estruturais. A palavra de ordem parece ser “determinação”. Considera-se, inclusive, que a AD seria a “teoria da determinação histórica dos processos semânticos”.

4 AS DIFERENÇAS ANALÍTICAS A PARTIR DAS DIFERENÇAS TEÓRICAS

Faremos uma comparação nesta seção entre as duas correntes considerando a abordagem da análise de discurso, seu quadro analítico, seu grande objetivo e a maneira como cada corrente lida com a própria análise.

Quanto à abordagem, as duas correntes parecem próximas à medida que trabalham com o linguístico e o social em relação no domínio discursivo. A diferença será em virtude do modo de entender esta relação. Para a ACD, portanto, a abordagem é uma síntese entre o social e o linguístico, sendo que esses elementos estão em mediação; não são redutíveis uns aos outros. Exploram-se as relações de interdeterminação, do histórico para o linguístico e do linguístico para o histórico. Fairclough (2001, p. 35) esclarece a abordagem da ACD nos seguintes termos

Por análise “crítica” do discurso quero dizer análise do discurso que visa a explorar sistematicamente relações frequentemente opacas de causalidade e determinação entre (a) práticas discursivas, eventos e textos, e (b) estruturas sociais e culturais, relações e processos mais amplos; a investigar como essas práticas, eventos e textos surgem de relações e lutas de poder, sendo formados ideologicamente por estas; e a explorar como a opacidade dessas relações entre o discurso e a sociedade é ela própria um fator que assegura o poder e a hegemonia.

A ideologia torna-se o elemento de mediação entre o sócio-histórico e o linguístico e o discurso participa nessa mediação simbólica. É relevante observar, no entanto, que são esferas relativamente independentes, apesar de estarem em mediação dialética. Na ACD, não se aborda o discurso como englobando o histórico e o linguístico, mas como mediador. Nessa esteira, para a ACD, uma teoria linguística que também assim pensa a relação da exterioridade e do linguístico vem como complemento: a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday. Através das três funções básicas da língua concebidas nessa teoria, posteriormente reinterpretadas por Fairclough, podemos claramente ver a interação forma/função, ideologia/discurso,

sócio-histórico/linguístico. A passagem seguinte ilustra isso

Fairclough (2003a) explica que ideologias são, em princípio, *representações*, mas podem ser legitimadas em maneiras de *ação* social e inculcadas nas *identidades* de agentes sociais. Tal compreensão da ideologia baseia-se na formulação de gêneros, discursos e estilos como as três principais maneiras através das quais o discurso figura em práticas sociais (Fairclough, 2003a), de acordo com a recente proposta de Fairclough (baseada no funcionalismo de Halliday) de se abordar o discurso em termos de três principais tipos de significado: o significado representacional, ligado a discursos; o significado acional, ligado a gêneros; e o significado identificacional, ligado a estilos. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 53).

Na AD a relação entre o sócio-histórico e a língua é pensada como integração. É o discurso que possibilita a existência da exterioridade, que é na verdade inscrição simbólica: “A realidade, portanto, não é algo dado, um mundo externo, mas, sim, algo que resulta da necessária significação com que o homem, ser simbólico, investe suas práticas sociais e linguageiras.” (MARIANI, 1998, p. 27). Então, o interesse é no simbólico, no discurso que emerge da integração necessária entre o histórico e o movimento dos sentidos.

Em suma, para entender o processo de significação, não se trata mais de separar língua(gem), pensamento e realidade, tal como fazem abordagens idealistas, nas quais se busca o que a linguagem representa (idéias?), refere (coisas? pessoas?) ou comunica (informações? intenções? convenções?). A AD resignifica, integra e opera com esses três elementos – linguagem, pensamento, realidade –, fazendo intervir um outro fundamental: a memória do dizer (ou seja, o interdiscurso). (MARIANI, 1998, p. 28).

Visto que o interesse é no simbólico, o próprio discurso não é dado, mas resultado da própria análise, é objeto teórico. Vale lembrar que o discurso é entendido como efeito de sentidos, logo, varia conforme o olhar que o lê: “O trabalho do analista de discurso é mostrar como funciona um objeto simbólico, como os processos de significação trabalham um texto, qualquer texto” (ORLANDI, 2006, p. 27).

Na ACD, entende-se o discurso como mediador simbólico entre o social e o linguístico. Para dar conta disso, uma teoria linguística que integra forma e função e um trabalho interdisciplinar entre reflexões sociais e linguísticas a complementam. Por outro lado, a AD trabalha discurso na integração que percebe entre língua, pensamento e histórico. A materialidade histórica é parte do discurso e não externa a ele. Não se trabalha espaços sociais externos; mas o social inserido no simbólico, no discursivo. É uma teoria do simbólico, que acredita que não há um “fora”; busca entendimento no simbólico pelo simbólico. O discurso é objeto teórico e a análise é sempre uma das possibilidades de leitura. A ACD, apesar de reconhecer o simbólico, não lhe toma como único interesse, porque só o concebe na mediação; enquanto a AD, parece ter o simbólico como foco e escopo, porque nenhum de seus elementos

de estudo é externo.

A respeito dos quadros analíticos, para a ACD, o quadro analítico será tri-dimensional. Ele une o texto (linguístico) à prática social, mediados pela prática discursiva. Esta última diz respeito à produção e à compreensão dos textos, que são as formas mesmas em que o texto atua no social. Essa interação do linguístico e do social através do discurso é materializada num aparato analítico consonante, a LSF. Integrando forma e função, a LSF estabelece que a língua sempre terá três funções básicas, que serão lidas na ACD como significados básicos: representacional, identificacional e acional. A análise contará sempre com essas três categorias que se referem, respectivamente, a: formas de representação dos aspectos do mundo (ligado a discursos, no sentido de representações particulares das coisas, como o discurso feminista); construção e negociação de identidades (ligado a estilos); e modo de interação, forma do texto (ligado a gêneros). A ACD parece ter o interesse de cada vez mais atuar em cooperação com a LSF, na medida em que seus pressupostos básicos se afinizam. Percebe-se que esse entendimento permite a concretização no instrumento analítico da crença de dupla constituição entre o linguístico e o histórico. Fairclough (2001, p. 36) resume o modo de análise da ACD

A análise do texto é uma análise de forma-e-significado – formulo isto dessa maneira para enfatizar sua interdependência necessária. Como indiquei acima, qualquer texto pode ser tomado como um entrelaçamento dos significados “ideacional”, “interpessoal” e “textual”. Seus domínios são respectivamente a representação e a significação do mundo e da experiência, a constituição (estabelecimento, reprodução, negociação) das identidades dos participantes e as relações sociais e pessoais entre eles, e a distribuição da informação dada versus nova e da informação foco versus aquela de pano de fundo (no sentido mais amplo). [...] A análise desses significados entrelaçados nos textos desce necessariamente até a análise das formas dos textos, incluindo suas formas genéricas (a estrutura geral de, por exemplo, uma narrativa), sua organização dialógica (em termos, por exemplo, de tomadas de turno), relações coesivas entre frases e relações entre as orações em frases complexas, a gramática da oração (incluindo questões de transitividade, modo e modalidade), e o vocabulário.

Na AD, trabalha-se com dois dispositivos: o teórico e o analítico. O teórico diz respeito às noções básicas que operam nessa perspectiva, tais como: de discurso, de sujeito, de Formação Discursiva, etc. Vale lembrar que essas noções estão no entremeio das filiações epistemológicas do materialismo histórico, da psicanálise, do entendimento de ideologia na linguagem de Foucault. O dispositivo teórico determinará o dispositivo analítico.

Visto que o discurso nessa perspectiva é objeto teórico e que a análise é um modo de leitura possível, o dispositivo analítico variará conforme o material analisado e o objetivo do analista. Trata-se de objeto simbólico e trabalho simbólico.

Não é o texto, portanto, tomado como unidade empírica de análise, mas como unidade “material”, ou seja, na sua discursividade, isto é, investido de historicidade. O resultado da análise é, então, interpretado à luz do dispositivo teórico. Vejamos como Orlandi (2006, p. 16-17) esquematiza tudo isso

O analista então fará o seguinte percurso:
Em um primeiro passo da análise, ele toma o material bruto lingüístico como tal (o corpus, os textos) e por um primeiro lance de análise ele procederá à de-superficialização desse material, sua de-sintagmatização. Obterá assim o que chamamos o objeto discursivo. O objeto discursivo corresponde ao material analisado, mas já resulta de um passo de análise. Nele já começamos a pressentir o desenho das formações discursivas que presidem a organização do material. Em um segundo passo da análise agora o analista trabalha sobre o objeto discursivo procurando determinar que relação este estabelece com as formações ideológicas. Chegamos assim ao processo discursivo. Quando conhecemos o processo discursivo podemos dispensar o material de análise inicial, pois estaremos de posse do funcionamento discursivo que pode ser generalizado para outros conjuntos de materiais, outros textos.

Como se lê no trecho, de posse do funcionamento discursivo, é possível a generalização para outros textos – necessário lembrar que discurso se dispersa em textos. No entanto, essa não é uma generalização como se entende nas práticas científicas tradicionais, sob o crédito da validade; mas uma generalização resultante do processo de compreensão da análise (da relação entre o que se analisa e o dispositivo teórico), que é, por sua vez, sempre determinada ideologicamente pela posição discursiva que o próprio analista ocupa. Aliás, esse entendimento é essencial para a AD pecheutiana e será explorado, quando discutirmos a reflexão sobre a prática de análise.

Em suma, quanto ao aparato analítico, a ACD trabalha com um aparato constante para análise, resultante da complementação entre LSF e ACD. Tal aparato materializa a crença de que o lingüístico (texto) e o social (prática social) estão mediados pelo simbólico (prática discursiva). Trabalha com o simbólico e sua relação com os componentes do evento social. Em contrapartida, a AD trabalha no simbólico, seu objeto mesmo é teórico. Por isso o aparato analítico varia de acordo com a análise. Nesse universo simbólico, os componentes parecem ser redutíveis uns aos outros. Não se pensa exterioridade, porque ela está investida no discurso, não se toma o texto como unidade empírica, mas como unidade já investida de historicidade.

No que se refere ao objetivo da ACD, para além de entender as relações assimétricas de poder naturalizadas na ordem discursiva, ela se presta a um instrumento de mudança social. É um recurso de luta contra ordens hegemônicas. Para entender isso, importa levar em consideração o conceito de hegemonia como fundamentado em articulações relativamente estáveis e cujo mecanismo de manutenção é antes baseado no consenso do que na força, ou qualquer mecanismo coercitivo. A desnaturalização

do que se estabelece como consenso significa abalo na estrutura hegemônica e, conseqüentemente, possibilidade de mudança. Só é possível a desnaturalização do que é consenso através de uma reflexividade crítica. A seguinte passagem resume essa idéia.

Desse modo, permanências de articulações são compreendidas como efeito de poder sobre redes de práticas, enquanto tensões pela transformação dessas articulações são vistas como lutas hegemônicas. Dado o caráter inerentemente aberto das práticas sociais, toda a hegemonia é um equilíbrio instável, e a ADC, no seu papel de teoria crítica, trabalha nas brechas ou aberturas existentes em toda relação de dominação. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 43).

Além do mais, a ACD também tem por objetivo fazer um diálogo entre os estudos sociais e os estudos da linguagem. Esse diálogo se materializaria na sua orientação simultânea “para o detalhe textual, a produção, a distribuição e a interpretação/o consumo de textos e os contextos sociais e culturais maiores.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 69). Inclusive, essa orientação vem a preencher uma lacuna que a ACD identifica em Foucault: uma teoria da linguagem sem análise empírica de textos, no entanto.

O objetivo da AD pecheutiana é um novo modo de leitura, a fim de desvelar as relações sócio-históricas na construção dos sentidos. Entendendo que ainda que seja uma leitura diferente, já que é reflexiva, ela é sempre uma das possibilidades de leitura. Isso fica claro ao resgatarmos a definição de discurso como efeito de sentidos. Toda leitura será, então, também ideologicamente determinada. Em consonância, Orlandi (2006, p. 28) fala da análise de discurso

A análise de discurso aponta, pois, para novas maneiras de ler, para outros gestos de leitura, outra escuta, sustentada por dispositivos teóricos e analíticos que nos permitem não apenas nos reconhecermos no que lemos (ou ouvimos) mas que conheçamos o modo como os sentidos estão sendo produzidos e as posições sujeito se constituindo na relação do simbólico com o político. Sim, porque a análise de discurso trabalha com as relações de poder simbolizadas. Não há dizer que não seja político, no sentido em que o próprio processo de significação é dividido, depende de relações que derivam do contexto sócio-histórico. Como a forma de nossa sociedade é dividida, as relações com os sentidos são afetadas por essas divisões.

Ao que parece, as duas correntes teóricas diferenciam-se no momento depois do crítico. Ambas entendem que contribuem para o descortinamento de relações de poder materializadas no discurso, mas a ACD aponta para a possibilidade de mudança. A diferença é coerente com o fato de que ACD admite um grau de agência humana, um sujeito político e acredita que desestabilizar o consenso pode desestabilizar ordens hegemônicas. Não se vê na AD a idéia da mudança. A questão da ruptura e da revolução, que reconhece existir, associa a mecanismos do inconsciente

Os mecanismos de resistência, ruptura (revolta) e trans-

formação (revolução) são, assim, igualmente constitutivos dos rituais ideológicos de assujeitamento, como podemos ler a seguir:

“O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio.” Pêcheux, 1988, p. 301

E conforme Pêcheux, o que é a resistência, em termos discursivos? É a possibilidade de, ao se dizer outras palavras no lugar daquelas possíveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados. (MARIANI, 1998, p. 26).

Essa é a diferença que está em consonância com sua visão de sujeito, ideologicamente interpelado, de discurso como efeito de sentidos, o que não abre espaço para agência humana. Ainda, é coerente com sua filiação ao materialismo histórico, que não acredita em mudança pelo teórico. A ACD enuncia a possibilidade de começo de mudança no teórico com a condição da reflexividade, traço da sociedade pós-moderna.

Esse reconhecimento de determinação histórica na AD também é pensado em relação a sua própria ciência. Essa reflexão se materializa em outro objetivo da AD, conforme anuncia Mariani (1997, p. 23).

[...] chamamos a atenção para o fato de que um trabalho de pesquisa em AD rejeita fortemente qualquer tipo de modelo analítico mecanicista ou generalizante que possa reduzir a produção e o movimento dos sentidos na/da linguagem. [...] Os trabalhos de AD nunca se escondem atrás de uma pretensa neutralidade científica...

A AD reconhece, então, a limitação de toda análise, tendo em vista o seu condicionamento a fatores ideológicos que determinam o analista e o momento da análise.

Essa crítica sobre a própria análise não a invalida, no entanto. Na AD, entende-se que a posição do analista é especial, que os dispositivos teórico e analítico o colocam numa posição de fronteira com as formações discursivas.

O que se espera do dispositivo teórico é que ele produza um deslocamento que permita que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas. Em outras palavras, que ele não se inscreva em uma formação discursiva mas entre em uma relação crítica com o conjunto complexo das formações. E o dispositivo analítico deve oferecer procedimentos (paráfrase, substituição etc.) para que ele possa explicitar isso.

Com isto não estamos pretendendo uma posição neutra do analista em relação aos sentidos. Não só ele está sempre afetado pela interpretação como um dispositivo analítico marca uma posição em relação a outras. O que estamos afirmando é

que o dispositivo analítico é capaz de deslocar a posição de sujeito, trabalhando a opacidade da linguagem, a sua não evidência e, com isso, relativizando a relação do sujeito com a interpretação. Ele poderá assim fazer uma leitura o menos subjetiva possível, mediado pela teoria e pelos mecanismos analíticos. (ORLANDI, 2006, p. 26).

Entendemos que essa posição é aceitável, mas parece ser delicada para a corrente pecheutiana, à medida que, nas palavras da mesma autora,

A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Não se quantifica o assujeitamento. Quando se afirma que o sujeito é assujeitado, não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito ou pouco, ou mais ou menos. O assujeitamento não é quantificável. (ORLANDI, 2006, p. 19).

Portanto, numa perspectiva cuja palavra de ordem é a determinação histórica, não faz sentido a relativização da leitura ou do sujeito: “relativizando a relação do sujeito com a interpretação” e “uma leitura o menos subjetiva possível” (ORLANDI, 2006, p. 26). Já numa teoria que acredita na determinação ideológica, mas sendo ela dupla, e, com isso, a possibilidade de agência humana, não há empecilho para uma prática que, ainda que se reconheça parcial, não se imobiliza enquanto tal.

[...] toda pesquisa social crítica deve ser reflexiva também a respeito de sua própria prática. Nesse sentido, uma parte de qualquer análise em ADC é a reflexão da posição de que é feita.

O engajamento pessoal do (a) pesquisador (a) com o problema pesquisado não implica uma parcialidade negativa, contanto que especifique sua perspectiva de análise e não simule uma suposta “imparcialidade científica” (Chouliaraki e Fairclough, 1999). A neutralidade não é um mito na ADC. Ao contrário de outros(as) pesquisadores (as), que se esforçam no sentido de uma neutralidade intangível, para os (as) analistas de discurso esse não é um problema. Admitimos que a suposição de neutralidade em ciência não é senão um posicionamento ideológico e, assim sendo, não nos pretendemos neutros –sabemos que não podemos sê-lo e, mais que isso, *não queremos sê-lo*. (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 140).

Esse posicionamento da ACD em relação à própria prática a fez consolidar um momento em sua análise chamado de “reflexão sobre a prática”. Esse momento é sempre presente nas análises desde que visa a desnudar os fatores que condicionaram a análise, através da explicitação do percurso analítico e do enquadre teórico.

Consequentemente, ambas as correntes entendem que suas práticas de análise não são neutras. Ambas instituem a necessidade de uma reflexão sobre a análise, que não a invalidaria como prática. No entanto, consideramos que a posição da AD pecheutiana é delicada no que admite a relativização do analista em relação à análise. Isso porque tal proposta parece flexibilizar o que no fundamento da corrente parece ser inflexível que é a determinação histórica do sujeito e do seu discurso. Admitir

a possibilidade de deslocamento do analista das suas formações discursivas parece aproximar a AD do ideal da ACD, que considera que seu trabalho é exatamente nas fronteiras (articulações) dos ordens de discurso a fim de propiciar mudanças.

CONCLUSÃO

Observamos que na AD pecheutiana o discurso é efeito de sentidos, um objeto teórico, desdobramento de uma materialidade histórica. O sujeito e o discurso se constituem mutuamente no ato do dizer, em uma espécie de intrincamento genético. Não há, da mesma forma, uma exterioridade porque ela existe na constituição mesma do simbólico. Vimos também que essas noções fazem da análise um quadro variável segundo o objetivo do analista e o material analisado, no entendimento de que a própria análise é determinada histórica e ideologicamente e que o analista trabalha no simbólico. A análise do discurso se constitui como um novo modo de leitura à medida que explicita seus dispositivos teórico e analítico. Esses dispositivos renderiam ao analista uma posição privilegiada de descolamento das FDs e relativizaria sua posição em relação ao que interpreta.

Por outro lado, na ACD o discurso é visto como linguagem em uso e forma de ação situada no sócio-histórico. Com essa noção caminham juntas as noções de um sujeito, que, ainda que constituído na sua historicidade, tem a possibilidade de agir, e de articulação entre discurso e práticas sociais, sem que sejam redutíveis uns aos outros. Em função de trabalhar com articulação, a ACD busca a interdisciplinariedade entre reflexões sociais e estudos linguísticos. Elege também uma teoria linguística que materializa a integração forma e função do fenômeno discursivo: a LSF de Halliday. Seu objetivo é a mudança social que acredita ser possível pelo trabalho na fragilidade das articulações e em função de um sujeito, cuja capacidade reflexiva e busca por uma auto-identidade lhe garantem possibilidade de agência.

Tentamos, neste artigo, entender a coerência interna de cada programa, para que mais facilmente se submetam a uma apreciação. Além do mais, a comparação contrastiva de correntes teóricas parece aprofundar o conhecimento de cada uma delas.

Observamos que as semelhanças entre as correntes parecem contribuir para a estabilização de algumas noções nas ciências do discurso que parecem vigorar hoje: que o sujeito é histórico; que o discurso vai além do modelo comunicacional (eu-tu-referente); que o discurso é simbólico; e que materializa a ideologia, que, por sua vez, materializa uma dada ordem hegemônica. Nas diferenças, observamos as delicadas questões da determinação versus a possibilidade de agência do sujeito, do discurso como efeito versus o discurso como modo de ação, e da relação entre o social e o linguístico, como mediados versus indissociáveis geneticamente.

De maneira geral, entendemos que a contribuição desse trabalho foi a de demonstrar como as noções ‘sujeito’, ‘discurso’ e ‘relação com a exterioridade’ estão unidas na formação do quadro teórico de qualquer perspectiva de análise de discurso e como elas influenciam e direcionam o quadro analítico.

REFERÊNCIAS

- FAIRCLOUGH, Norman. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, C. (Org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras / UFMG, 2001. p. 31-81.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. caps. 1 e 2.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. Língua, sujeito e discurso. Tradução: Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. p. 136-195.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p.15-49.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa*. Os comunistas no imaginário dos jornais. (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998. p. 23-58.
- _____. Linguagem e história (ou discutindo a lingüística e chegando à análise crítica do discurso). In: *Caderno de Letras* da UFF, Niterói, Rio de Janeiro, v. 12, p. 13-23, 1997.
- ORLANDI, Eni. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2006. p. 13-31.
- RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.